

Ass-Const

ESTADO DE SÃO PAULO



Arquivo

Arinos avisa que sugestões serão bem recebidas

## Reitor: "Não represento ninguém"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Estudos Constitucionais não pretende representar a sociedade nem pode substituir uma Constituinte eleita pelo voto popular. Ela apenas foi nomeada pelo presidente Sarney para produzir um documento, que irá somar-se a muitos outros que surgirão, até que a Constituinte se reúna e os estude para propor a nova Constituição do Brasil. A opinião é de Cristóvam Buarque, reitor da Universidade de Brasília (UnB), um dos integrantes da comissão, rebatendo as críticas que apontam a falta de representatividade popular da nova entidade.

"Não sou e não me sinto representante da sociedade nessa comissão", frisou Buarque. "Não represento ninguém. Fui indicado pelo presidente da República." Para ele, só se poderia levantar a questão da legitimidade da reunião de 50 nomes — juristas, advogados, criminalistas, empresários, médicos, professores e historiadores, entre outros — se o presidente Sarney decidisse mandar o documento da comissão como seu projeto.

"Se, dentro de dez meses, sair da comissão um anteprojeto, será um documento como diversos outros. Quando a Constituinte estiver reunida existirão no Brasil dezenas deles", comentou o reitor. Ele pretende utilizar a oportunidade para mobilizar a Universidade no debate de diversos assuntos que serão levados à comissão. Para Buarque, sua indicação foi uma homenagem ao presidente da UnB.

O reitor afirmou que se dedicará aos problemas educacionais, econômicos e do meio ambiente, "aspectos que não podem estar ausentes da Constituinte".

Enquanto isso, as lideranças e representantes do plenário Pró-Participação Popular na Constituinte entregaram, ontem, aos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli, uma "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República", documento que defende a convocação de uma Constituinte exclusiva, fora do âmbito do Parlamento. Em nome do movimento — cujos coordenadores afirmam representar 400 entidades — o jurista Gofredo da Silva Telles pediu aos presidentes das duas Casas do Congresso que "se harmonizem com a vontade nacional", argumentando que "a Câmara e o Senado são órgãos que, mesmo representativos, não são competentes para elaborar a nova Constituição".

O deputado Ulysses Guimarães evitou comentar a proposta pró-plenário, preferindo destacar a legitimidade do Congresso "como representação política da sociedade, coordenadora da sua vontade e das suas aspirações".

Ainda conforme Ulysses, "o Congresso, os partidos políticos e o amplo debate que vai empolgar a sociedade permitirão chegar à Constituinte como instrumento de correção das injustiças sociais e representativa de todos os brasileiros".

## Rio recebe bem nomes da comissão

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Enquanto seu presidente, o jurista Afonso Arinos, considerava a comissão constitucional em condições de contribuir para a Assembléia Nacional Constituinte, através de uma formalização jurídica das aspirações nacionais, com a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira, de maneira geral a escolha dos nomes teve ontem mais manifestações de apoio do que de contestação, no Rio.

Afonso Arinos está aberto a sugestões, e pretende entrar em contato com personalidades civis e militares que puderem ajudá-lo a examinar questões de interesse da comissão.

O professor Afonso Arinos não considera sequer razoável a classificação de "elitista", dada por alguns críticos à comissão constitucional, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil, mas alguns juristas já admitiram que, pela primeira vez nos últimos anos, uma posição da Ordem não contou com a solidariedade de importantes representantes do setor, inclusive de membros do Conselho Federal da Ordem, como Miguel Seabra Fagundes.

O general da reserva Octávio Costa, que havia sido cogitado por Tancredo Neves para a comissão constitucional, não teve seu nome incluído entre os membros da comissão. O presidente José Sarney não encaminhou convite ao general e ex-professor universitário, hoje em serviço de uma empresa privada.

Octávio Costa foi um dos primeiros militares que apolaram a normalização político-institucional do País, e esse foi um dos motivos de sua preterição ao posto de general-de-exército, durante uma reunião do Alto Comando em que o então ministro Walter Pires deixou claro para os demais generais que não queria a sua promoção. Antes, o chefe de gabinete de Pires, general Sérgio de Ary Pires, já havia esvaziado a Secretaria-Geral do Exército, ocupada por Costa, à revelia do seu chefe.

A vereadora carioca, do PT, Benedita da Silva, que também havia sido incluída em uma lista preliminar dos membros da comissão constitucional, disse ontem que não se surpreendeu com o esquecimento do seu nome. Ela disse, ainda, que considera a comissão legítima, mas de pouca representatividade popular, apenas "uma comissão de notáveis".

O secretário do Trabalho do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Oliveira, também não se surpreendeu com a não inclusão do seu nome, enquanto o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse que a comissão constitucional é um dos "grandes erros da chamada Nova República, porque trata-se de uma comissão das elites".

Segundo um advogado do Rio, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, tentou inviabilizar a comissão, e informou a alguns juristas que seus nomes não constavam da lista encaminhada por Afonso Arinos ao presidente Sarney, em uma tentativa de criar atritos, mas sem conseguir êxito.

X  
ANC - CPE

ANC 88  
Pasta Fev/Dez 85  
122